

LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E A DEFESA DO “IDIOMA NACIONAL”

Taís da Silva Martins¹ (DLCL/PPGL/UFSM)
Jaíne de Fátima Machado da Silva² (PPGL/UFSM)
Neosane Schlemmer³ (PPGL/UFSM)

Resumo

Tomando como fundamentação teórica a Análise de Discurso de linha francesa (AD) em articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL), objetivamos compreender como textos veiculados em Livros Didáticos de Língua Portuguesa (LDLP) abordam a questão dos estrangeirismos na língua, mais especificamente o papel dos anglicismos. Para tanto, o arquivo deste estudo constitui-se de textos publicados em LDLP dos anos 1990 e 2000, intitulados: Encontro e reencontro em Língua Portuguesa - Reflexão & Ação, da autora Marilda Prates e Linguagem Nova, dos autores Faraco & Moura. O corpus é constituído por sequências discursivas (SDs), dos textos “Estão deletando o português”, do autor Hélio Teixeira e “Não compliquem o nosso idioma”, da autora Dad Squarisi, que apresentam um discurso de defesa do “idioma nacional”.

Palavras-chave: Idioma Nacional; Língua Portuguesa; Livro Didático; Anglicismos.

PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOKS AND THE DEFENSE OF THE “NATIONAL LAN

Abstract

Taking French Discourse Analysis (DA) in conjunction with the History of Linguistic Ideas (HIL) as our theoretical foundation, we aim to understand how texts published in Portuguese Language Textbooks (PLT) address the issue of foreignisms in the language, more specifically the role of anglicisms. To this end, the archive for this study consists of texts published in PLT from the 1990s and 2000s, entitled: Encontro e reencontro em Língua Portuguesa - Reflexão & Ação, by the author Marilda Prates and Linguagem Nova, by the

- 1 Professora do departamento de Letras Clássicas e Linguística, Laboratório Corpus, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tais.martins@ufsm.br
- 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, Linha de pesquisa Língua, Sujeito e História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jaine.silva@acad.ufsm.br
- 3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, Linha de pesquisa Língua, Sujeito e História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: neosane.schlemmer@acad.ufsm.br

authors Faraco & Moura. The corpus is made up of discursive sequences (DS) from the texts “Estão deletando o português”, by the author Hélio Teixeira and “Não compliquem o nosso idioma”, by the author Dad Squarisi, which present a discourse in defense of the “national language”.

Keywords: National Language; Portuguese Language; Textbook; Anglicisms.

INTRODUÇÃO

No Brasil, tratar do livro didático corresponde, na maioria das vezes, a gestos de interpretação que vão em direção à utilização de um sistema de normas obrigatório, mas também como um material quase que exclusivo, tendo em vista que, aos docentes, ele se oferece como um dos poucos materiais didáticos com fácil disponibilidade.

A partir dessa noção por nós introduzida, neste trabalho⁴, nosso foco incide em pensar a presença inegável do livro didático, tomando como pressuposto, dentro do escopo dessas materialidades, textos que abordam uma defesa ao “idioma nacional”, veiculado em Livros Didáticos de Língua Portuguesa (LDLP). Contudo, explicitamos ainda que os LDLP veiculam discursos sobre a língua, sempre a partir de bases teóricas que refletem suas condições de produção, ao mesmo tempo em que buscam uma aplicabilidade no ensino e aprendizagem.

Para Costa (2017, p. 245), “se há discursos sobre a língua, há gestos de interpretação, há disputa na/pela língua, pelo direito de nela dizer e de nela/dela ser sujeita”, ou seja, os LDLP não só funcionam como uma forma de manutenção ou de regulação de conteúdos pré-programados, mas também, designam gestos interpretativos e reproduzem certo imaginário sobre a língua.

Assim, essas observações iniciais que temos feito se inscrevem na mesma abordagem de Orlandi (2020), a qual propõe o caráter vivo e mutável da língua:

A língua não é una, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, se criam novas, estão sempre em movimento. Mas, as línguas não são objetos etéreos. São fato social, histórico, são praticadas, funcionam em condições determinadas, têm materialidades, fazem história (Orlandi, 2020, p. 71).

Nessa mesma esteira, a autora propõe, ainda, que as línguas são práticas simbólicas que funcionam pelo político, já que regulam relações de poder que regem seu funcionamento. Assim sendo, seria impossível pensar as línguas fora destas condições que poderíamos denominar como político-históricas, em que estas relações de poder, em diferentes momentos da história, se organizam e declinam de modos distintos suas relações com a língua e entre as línguas, nas e entre diferentes sociedades.

Na mesma perspectiva, os estudos de Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 11) apontam que “na sua incompletude constitutiva, a língua configura um espaço político. E o saber que se constrói sobre a língua delimita trajetórias, propõe continuidades, silencia percursos”.

Portanto, se tomarmos a dimensão política da língua, conforme sinaliza Lagazzi-Rodrigues (2007), também é importante explicitar que o político emoldura e se encontra em todo discurso ou ainda, já que “toda teoria é política” (Orlandi, 2007, p. 53), o que não significa que o político venha explicitado em todas elas ou que o político tenha lugar em todas elas. Para Orlandi (2001a), as diversas teorias da linguagem são afetadas pelo político pelo próprio modo como

4 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

constituem seu dispositivo teórico analítico, por isso, entendemos a noção de político, a partir do campo teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, doravante AD, como:

[...] relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado (Orlandi, 2001a, p. 34).

Assim, a partir de nossa filiação teórica à AD e da compreensão do político pelo viés discursivo, considerando-o, então, em relação a um direcionamento de sentidos, também é possível que estabeleçamos conjecturas com a definição discursiva de língua, como aquela que suporta a incompletude, a falha e a falta e determina a interpretação pelas memórias e pela historicidade, legitimando determinados efeitos de sentidos e não outros.

Nossas reflexões ainda se estendem em inferir que, sendo o equívoco e a incompletude característicos da língua, ela permite, ao mesmo tempo, que as mesmas palavras venham a produzir distintos efeitos de sentido em outras condições de produção, já que uma língua é passível de mudanças quando está em circulação, quando existem falantes dela, ou seja, dada sua vivacidade. É esse fato que permite a modificação, seja inserindo ou excluindo determinadas formas linguísticas dos processos discursivos que são produzidos nos contextos comunicacionais. Isso porque “a língua se apresenta [...] como a base comum de processos discursivos diferenciados” (Pêcheux, 2014, p. 91, grifos do autor).

A inserção de palavras e/ou expressões de origem inglesa na língua portuguesa é, sem dúvida, um exemplo pertinente de se pensar, já que tal fato é comum e se desen-

volve tanto em formas escritas quanto orais. E o ambiente educacional, por sua vez, é um dos espaços mais propícios para que discussões dessa natureza se façam, seja a partir de indagações e inquietações por parte dos próprios alunos, seja a partir de textos que fomentam tais discussões, guiadas a partir da intervenção do professor. Nesse processo, o LDLP se torna um aliado para promover construções e, conseqüentemente, produzir conhecimento.

Levando em consideração a importância desse instrumento linguístico e, nos ancorando em Mazière (2007, p. 117), quando coloca que “uma escrita da AD é a produção de uma interpretação”, neste artigo visamos os efeitos de sentido produzidos por textos publicados em LDLP, que trazem em seu escopo a defesa do que denominam por “idioma nacional”. Cabe ainda destacar que, para o desenvolvimento de nossas análises, tomaremos certas formas de nomeações presentes nas materialidades analisadas como, por exemplo, neologismo, estrangeirismo e anglicismo que serão melhor explicitados no próximo tópico deste estudo. A partir dessa breve apresentação da perspectiva que nos interessa seguir neste trabalho, nosso objetivo é realizar uma investigação em relação a como se dá a defesa do chamado “idioma nacional”, sobretudo, como essa designação é entendida em textos veiculados em LDLP.

REMEMORANDO A CONSTRUÇÃO DOS TERMOS NEOLOGISMO, ESTRANGEIRISMO E ANGLICISMO

Para tratarmos de como se constrói o saber sobre o “idioma nacional”, é de extrema importância analisarmos, nesta seção, uma explicação acerca dos termos: estrangeirismo, neologismo e anglicismo. O primeiro termo, segundo Almeida (2002, p. 19), diz respeito “a palavra aceita tal como é na língua de onde procede, sem adaptação

de nenhuma ordem à língua que a recebe". Com relação ao segundo termo, nos ancoramos ao estudo de Oliveira (2020), que esclarece que:

[...] os neologismos são novas palavras criadas num momento dado da história da língua e está ligado com o contexto sócio-histórico da sociedade falante dessa língua. Nos neologismos pode ser encontrado o verdadeiro retrato da sociedade de uma determinada época (Oliveira, 2020, p. 68).

Por fim, no que diz respeito ao termo anglicismo, Ilari (2002, p. 19) explica que "dá-se o nome de anglicismos às palavras e às construções gramaticais que o português 'recebeu' do inglês", ou seja, anglicismos são palavras da língua inglesa que utilizamos na língua portuguesa. Acerca desse último termo, podemos ainda acrescentar que o emprego dos anglicismos é um acontecimento que, nas condições de produção atuais, tem sido associado aos mais diversos setores da sociedade. É preciso, portanto, chamar a atenção para o emprego dos anglicismos de maneira maciça nas mídias sociais e na Internet como um todo, por isso, destacamos:

O emprego de anglicismo demonstra a admiração e a imitação de modelos estrangeiros em todos os setores. São eles que, em grande maioria, frequentam os sites da Internet, trocam ideias nos chats [...] e blogs, curtem músicas de rock, atualmente hip-hop, comem hamburgers, bebem milkshake, assistem a filmes trash e usam gírias como nerd. A grande influência do modo de vida americano reflete-se especialmente na linguagem. Esses usos são decorrentes da relação entre língua, cultura e sociedade. Os falantes decidem o que utilizar em razão de fatores culturais e sociais. E, muitas vezes, um termo estrangeiro, devido a sua grande aceitação e uso, nem sempre soa como estrangeirismo, como é o caso de jeans, show, hamburger e outros. O intercâmbio entre comunidades linguísticas diferentes, hoje tão facilitado pela informa-

tização da informação, repercute no contato entre as línguas, o que favorece o enriquecimento do léxico, através da adoção de palavras estrangeiras [...] (Galasso, 2009, p. 21).

Nessa perspectiva, a partir das referências que fizemos, consideramos necessário elucidar melhor a questão dos termos estrangeirismo, neologismo e anglicismo através de um esquema, que exemplifica o termo "deletar", demonstrado através da Figura 1, abaixo, que também são importantes para sustentar nossa proposta de análise e gestos de interpretação que se desenham nas próximas seções deste estudo:

Partindo da perspectiva teórica adotada, consideramos que as linhas pontilhadas indicam, tomando as palavras de Surdi (2017, p. 101), que "não há bordas precisas quando se trata de produção de sentidos". Desse modo, o pontilhado representa a incompletude, o não fechamento dos sentidos, o lugar do deslize, do equívoco (Orlandi, 2020).

Ademais, por meio do estabelecimento de relação entre os termos anglicismo, neologismo e estrangeirismo, por meio da Figura 1, podemos estabelecer conjecturas na direção de que o termo anglicismo, representado pela palavra delete, oriunda da língua inglesa, que, de maneira isolada, por assim dizer, produz efeitos de sentido em relação ao apagamento de determinada informação. Quando estabelecemos um contraponto com o termo neologismo, a mesma palavra trabalha na produção de outro(s) sentido(s), no caso do referido termo, temos o sentido de "esquecer", também em funcionamento, exemplificado pela frase "Deleta o que eu falei e vamos ao show. Avançando um pouco mais nesse mesmo exemplo, temos o estrangeirismo, retratado pelo termo show que, com a mesma grafia da língua inglesa, passou a incorporar situações comu-

nicativas em língua portuguesa.

Diante de tudo que temos exposto até aqui, pretendemos, de agora em diante, destacar aspectos que nos parecem imprescindíveis para o desenvolvimento deste estudo, buscaremos evocar então, a partir do campo de estudo do campo da História das Ideias Linguística (HIL), a questão do livro didático enquanto um instrumento linguístico.

INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS: O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO

A perspectiva teórica da HIL considera que há três grandes invenções tecnológicas na história, denominadas por Auroux (1992; 1998) como revoluções tecnolinguísticas: a invenção da escrita; a gramatização e o tratamento eletrônico da informação através da informatização.

Neste trabalho, nos deteremos na segunda revolução, a gramatização, que é entendida como “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua” (Auroux, 1992, p. 65). A descrição e a instrumentalização de uma língua se dão a partir da gramática e do dicionário, instrumentos linguísticos que, até os dias de hoje, se fazem presentes na construção do saber metalinguístico (Auroux, 1992).

Silva Sobrinho (2011, p. 47) entende que instrumentos linguísticos são “lugares de representação da língua que nos colocam numa dada relação com a(s) língua(s), com os outros falantes e com o Estado”. Compreendendo a necessidade de adequação da teoria às práticas que, a depender do contexto, podem variar, no Brasil, há uma ampliação em que Petri (2012, p. 29), a partir de suas reflexões, elenca também os “livros didáticos, dicionários de especialidades e ou de regionalismos, sites da internet, Museu da Língua Portuguesa, diferentes materiais publicitários etc.” como instrumentos linguísticos.

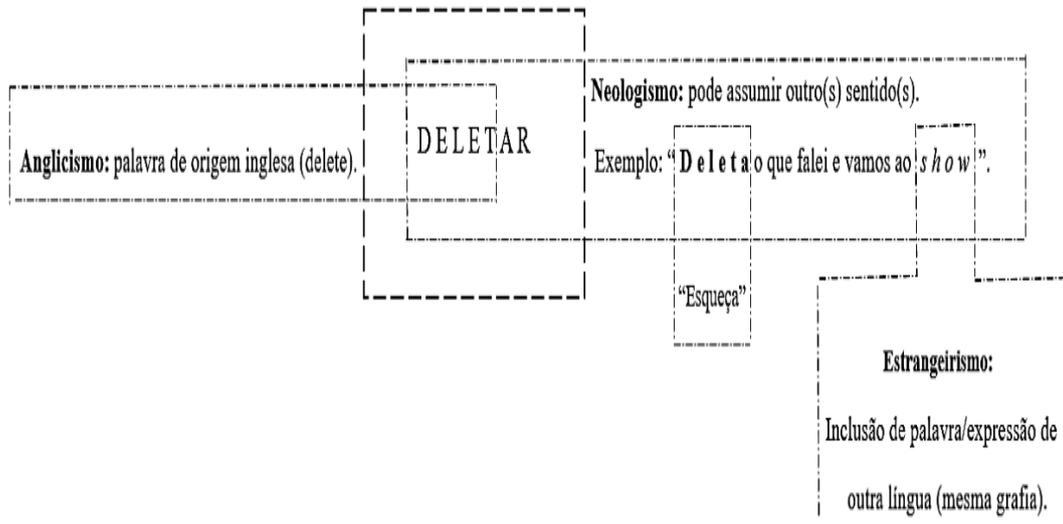
Além de o livro didático ser uma materialidade linguística significativa nesse processo de instrumentalização da língua portuguesa, também se considera que as concepções dos autores que produzem o livro didático, suas crenças e visões de mundo podem ser verificadas na forma em como os conteúdos são abordados nessa materialidade (Azevedo, 2000). Dessa forma o livro didático pode ser tido como um interessante meio para se observar a forma como se constituem os sujeitos, a sociedade, a história (Orlandi, 2001b), a língua e o conhecimento sobre ela. Lajolo (1996, p. 4) contribui com isso afirmando que os livros didáticos são importantes, também, “na produção, circulação e apropriação de conhecimentos”.

Além disso, a autora esclarece que o livro didático se torna ainda mais relevante no Brasil, devido à precarização educacional, o que faz com que esse artefato se torne uma espécie de ditador, “determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina” (Lajolo, 1996, p. 4). É aí que entra a importância do que se apresenta nos livros didáticos, já que, por ser definido como essa “autoridade” em sala de aula, as opiniões contidas nele, podem servir como sendo a verdade absoluta, componente crucial na formação de opinião sobre um determinado assunto.

O ARQUIVO DA PESQUISA

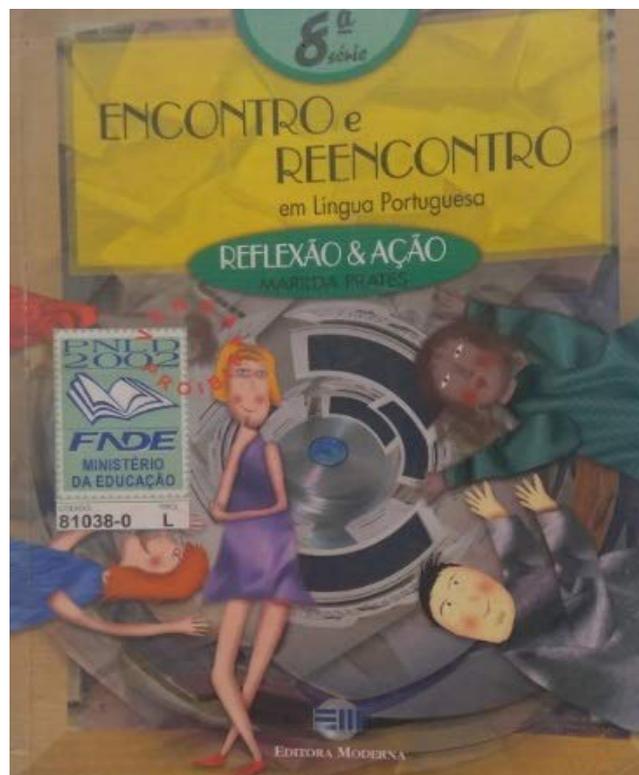
Tratar do arquivo e da posterior constituição do corpus desta pesquisa requer que tomemos a definição cuidadosa feita por Michel Pêcheux acerca do arquivo, que, segundo ele, pode ser “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (Pê-

Figura 1 – O termo “deletar”.



Fonte: as autoras.

Imagem 1 – Livro Didático Encontro e Reencontro em Língua Portuguesa - Reflexão & Ação, da autora Marilda Prates.



Fonte: as autoras.

cheux, 2014, p. 59). Ou seja, o arquivo não pode ser tomado a partir da perspectiva de um documento qualquer, mas sim, como documentos pertinentes e disponíveis para podermos apreender a materialidade da língua em sua discursividade.

Neste sentido, o trabalho de constituição do arquivo desta pesquisa, parte de uma visita feita ao Centro de Documentação e Memória (CDM), que se localiza no Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, em Silveira Martins. O CDM surgiu a partir de um projeto de pesquisa interdisciplinar concebido juntamente com o Laboratório Corpus (Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem), em 1999.

Neste espaço, que recebe doações de acervos que “envolvem a preservação da memória e da história da formação em Letras na região sul” e, também, “acervos de instituições e de personalidades que contribuíram para a história da produção do conhecimento linguístico e literário como um todo” (Centro de Documentação e Memória, 2023), que está sob coordenação da professora Dra. Amanda Scherer e vice-coordenação da professora Dra. Verli Petri, encontra-se o acervo de Livros Didáticos de Língua Portuguesa, que começou a ser implantado no ano de 2018 no CDM e possui “em torno de 60 exemplares de livros didáticos, 30 gramáticas atuais e antigas e 10 documentos oficiais” (EDITORIAL UFSM Silveira Martins, 2021, p.12).

Assim, é neste espaço que constituímos o arquivo, a partir do Acervo de Livros Didáticos de Língua Portuguesa, selecionados a partir dos seguintes critérios pertinentes ao nosso estudo e diante dos interesses das autoras, guiados por nossa prática de leitura desse arquivo, a saber: I) os livros deveriam ser da década de 1990 e/ou 2000, para observar e analisar o que circulava nos livros didáticos acerca da temática “anglicismo”,

tendo em vista a influência exercida pelo processo de globalização, já que “a década de 90 representou um período de grandes transformações na sociedade brasileira sob a égide da globalização” (GENNARI, 2002, p. 30); e II) serem indicados para uma mesma faixa etária, isto é, para o mesmo nível de ensino.

Deste modo, é importante ressaltar que ambos os livros didáticos estabelecidos são exemplares do professor⁵, no nível de ensino da 8ª série. Assim, o primeiro LDLP escolhido para fazer parte do arquivo deste estudo e que contempla os critérios supracitados é: Encontro e Reencontro em Língua Portuguesa - Reflexão & Ação, da autora Marilda Prates, da década de 90, mais precisamente, do ano de 1998, representado pela Imagem 1, abaixo:

Este livro foi proposto pelo Programa Nacional do Livro Didático no ano de 2002, para escolha do professor, e é da Editora Moderna. Sua organização se dá, basicamente, pela disposição, ao longo do livro, de doze temas, a saber: 1. A força da palavra na convivência humana; 2. Identidade; 3. Família; 4. Sentimentos; 5. Amigos e amores; 6. Aspirações - Desafios - Heroísmo; 7. Pátria - Trabalho - Justiça; 8. Ecologia; 9. O homem e a cultura; 10. A poesia no poema e na prosa; 11. A música e 12. O homem e a comunicação.

Em cada um desses temas, há os seguintes tópicos: 1. Textos básicos e textos de apoio; 2. Linguagem: análise, reflexão e uso; 3. A palavra escrita e a falada; e 4. Processo de produção de textos. No tópico 1 são apresentados textos fundantes e complementares ao tema a ser trabalhado; no tópico 2 são desenvolvidas questões gramaticais; no tópico 3 o foco são exercícios de ortografia; e no tópico 4 as atividades se destinam ao

5 O livro do professor, diferentemente dos livros didáticos fornecidos aos discentes, traz orientações para que o professor desenvolva seu trabalho em sala de aula e a aplicabilidade de conteúdos e atividades.

estudo e à produção de diferentes gêneros textuais e/ou literários.

Já o segundo livro didático parte do arquivo se intitula Linguagem Nova, dos autores Faraco & Moura, da década de 2000, mais especificamente, do ano de 2003, da Editora Ática, representado pela Imagem 2, a seguir:

Imagem 2 – Livro Didático Linguagem Nova, dos autores Faraco & Moura.

Fonte: as autoras.

Sobre a organização desse livro didático, é possível dizer que ele é composto de quatorze unidades e, em cada uma delas, há os seguintes itens: 1. Ponto de partida; 2. Texto 1 e 2, ou texto 1, 2 e 3; 3. Ponto de vista; 4. Gramática; 5. Redação; 6. Divirta-se; 7. Sugestões de atividades complementares. O primeiro item traz uma atividade introdutória, para familiarizar os alunos ao capítulo; o segundo item diz respeito aos textos que serão estudados ao longo de cada capítulo; o terceiro item; o quarto item traz algum conteúdo da gramática normativa para ser estudado; o quinto item que tem uma redação, a produção e leitura; o sexto

item apresenta, geralmente, linguagem não verbal que, em alguns, é aliada à linguagem verbal, como em quadrinhos e cartum; e, no sétimo item, são apresentadas sugestões de atividades complementares que envolvem outros meios, como jornal, rádio, televisão e internet.

Portanto, no processo por nós realizado para a organização do arquivo, na constituição do corpus de pesquisa e na consequente escritura, acreditamos segundo as palavras de Orlandi (2001b, p. 148), que assume-se um “viés ligado a quem conta essa história e ao fato de quem a conta já fez um recorte que reconhece um tipo de produção”, ou seja, isso supõe levar em conta nossos próprios gestos de leitura, mas também, aqueles demarcados “no espaço polêmico das leituras de arquivos” (Pêcheux, 2014, p. 67).

DA ELABORAÇÃO DO CORPUS AO GESTO DE ANÁLISE

Em função do objetivo elaborado para este trabalho e do ponto de vista assumido por nós (a defesa do “idioma nacional” nos livros didáticos das décadas de 1990 e 2000), definimos o corpus de análise tendo em vista dois textos presentes nas obras descritas anteriormente, a saber “Estão deletando o português”, do autor Hélio Teixeira, disponível no livro didático Encontro e Reencontro em Língua Portuguesa - Reflexão & Ação, da autora Marilda Prates; e o segundo, “Não compliquem o nosso idioma”, da autora Dad Squarisi, que se encontra no livro didático Linguagem Nova, dos autores Faraco & Moura.

A partir da elaboração do corpus, recorremos algumas sequências discursivas (SD), definidas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (Courtine, 2009, p. 55), pensando em uma coerência discursiva que pudesse abarcar o objetivo

que traçamos. Assim, definimos, inicialmente, uma SD para cada título dos textos e mais duas SDs, uma para cada um dos dois textos, compostas do primeiro fragmento de cada um deles, que, submetidos a uma prévia análise, corroboram com o que se encontra explicitado em cada um dos títulos. Portanto, elaboramos o Quadro 1, abaixo, demonstrando as SDs recortadas:

Na SD1 podemos verificar, inicialmente, o emprego de uma palavra de origem inglesa. O verbo “deletar” é originário do inglês (to delete) que quer dizer apagar, remover. Ao dizer “deletar” eu não digo “apagar” e nem “remover”, o que nos permite conjecturar que o sentido não está fixo à palavra, de modo literal, aqui ele desliza para provocar outros efeitos de sentido para além do significado etimológico da palavra, ou seja, podemos depreender que o autor buscou estabelecer uma relação com a palavra “deletar”, tendo em vista a aparente crítica ao usar o neologismo “deletando”, a qual buscará desenvolver nos argumentos dispostos na SD2. Neste sentido, ainda sobre a SD1, podemos inferir que o autor do texto quis produzir efeitos de sentido para além da literalidade, já que, segundo Orlandi (2020, p. 50):

O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há

um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.

Devemos salientar ainda, acerca do verbo deletar, que embora não aparente, integrou pela primeira vez, em dicionário brasileiro, ainda na década de 1970, juntamente de uma recomendação que dizia: “palavra a evitar” (Rodrigues, 2020). Neste sentido, é imprescindível fazermos um exame crítico dessa “recomendação”, já que é uma tentativa de conter a língua, de cerceamento cai por terra no momento em que ela é incorporada ao dicionário, já não sendo apenas um estrangeirismo, mas sim, transformada em verbo da língua portuguesa, demonstrando, ao mesmo tempo, a vivacidade da língua e sua suscetibilidade a mudanças, estando o sujeito gramático, o provável proponente da recomendação, preso às evidências de um discurso do dicionário como o portador dos únicos sentidos possíveis.

A respeito do ponto de partida de nossas análises, iniciadas a partir da utilização do termo “deletar”, na SD1, é possível ainda considerar que: se trata de uma crítica ao lugar que os anglicismo passaram a ocupar em nosso cotidiano; e que só é válida porque a compreensão desses termos são tidos

Quadro 1 – Sequências discursivas (SDs) de “Estão deletando o português”, do autor Hélio Teixeira

SD1	<i>Estão deletando o português</i>
SD2	“Lenta e gradualmente o bravo idioma nacional vai sendo devorado pela aversão à leitura das queridas novas gerações, cujo vocabulário vai se resumindo a chavões da moda que, sem perceber, mutilam cérebros repletos de neurônios sequiosos de serem ativados”.

Fonte: as autoras.

como possíveis, pelos autores, aos prováveis leitores do texto. Ou seja, há certo uso costumeiro do termo, o que faz com que ele não seja um empecilho para depreender um dado sentido hegemônico, em uma dada situação comunicativa. Sobre a possibilidade de entendimento dos leitores sobre o que o(a) autor(a) escreveu, podemos compreender que funciona aí, a noção de efeito leitor. Sendo assim:

[...] a prática da leitura se dará sobre o texto produzido pelo sujeito-autor, ou melhor dizendo, pela função-autor, assim, o sujeito-leitor a partir de sua posição-sujeito e de determinadas condições de produção vai operar a “desconstrução” do efeito-texto produzido pela função-autor. Ao mesmo tempo, vai “reconstruir” o texto produzindo sentidos, constituindo assim o efeito-leitor (Lassen, 2009, p. 3).

Já sobre a SD2, devemos apresentar certos pontos de vista iniciais acerca das adjetivações “bravo”, que caracteriza “idioma nacional” e “queridas”, que caracteriza “novas gerações”, a saber: na primeira, o emprego do termo “devorado”, posteriormente, enfatiza a ideia de que o idioma nacional, considerado como bravo, está sendo, sem nenhuma chance de “defesa”, sendo assim, devorado.

Na segunda adjetivação, ainda na SD2, a utilização do termo “queridas”, analisada

pelo viés discursivo, pode significar de diferentes formas, dependendo da formação ideológica da qual deriva a interpretação de seu sentido (Marquezan, 2009). Por isso, podemos considerar que, neste caso, o termo é empregado de forma pejorativa, já que a formação ideológica se refere às:

[...] posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 2014, p. 146-147, grifos do autor).

Ou seja, de acordo com a posição do sujeito autor da SD2, determina a expressão “queridas”, de certa forma, até depreciativa das gerações que comprovam que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio, vinculado a sua literalidade” (Pêcheux, 2014, p. 147). Esse jogo com a palavra “queridas”, nos permite depreender, como já sinalizamos, a partir do que antecede e do que sucede tal caracterização, que, basicamente,

Quadro 2 – Sequências discursivas (SDs) de “Não compliquem o nosso idioma”, da autora Dad Squarisi

SD3	<i>Não compliquem o nosso idioma</i>
SD4	“O inglês invadiu as instituições bancárias. Antes, timidamente. Restringia-se ao traveller’s check, ao Credicard e a aplicações inacessíveis aos comuns dos mortais. Depois, ficou atrevido. Foi deixando o português para trás”.

Fonte: as autoras.

há uma culpabilização das novas gerações pela utilização de anglicismos.

A seguir, chamaremos a atenção para as SD recortadas do segundo texto, parte do corpus desta pesquisa, dispostas no Quadro 2, que se encontra disposto abaixo:

Com relação a SD3, podemos identificar que o uso do imperativo negativo exprime uma ordem para que os interlocutores não dificultem o idioma. Tal dificuldade se dá, como indica a SD4, pela utilização de palavras inglesas no cotidiano brasileiro. Ainda na SD4, há uma aparente confirmação do que é dito no título, temos, assim, uma personificação da língua inglesa que, de acordo com o autor, “invadiu” as organizações bancárias. Nesse processo, os falantes são apagados, e o inglês, por si só, é tido como o responsável pelo crescimento significativo da inserção de palavras de origem e/ou in-

glesas na língua portuguesa do Brasil.

Com esse apagamento dos falantes como responsáveis, se apaga também as necessidades/motivações das quais emergem esses novos movimentos, nos quais se concretizam essas incorporações. Ao opor os sujeitos falantes à língua inglesa em sua “personificação”, colocando o problema apenas no chamado “atrevimento” da língua inglesa, esquivando-se, uma vez mais, da possibilidade de o sentido sempre ser outro e da existência do “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (Pêcheux, 2014, p. 146), no sentido de que a linguagem não é transparente, pelo contrário, ela possui opacidade.

Por fim, é possível ainda evocar sobre a utilização de palavras que dão ideia de continuidade, de não definição do fim. Seja com adjetivos, advérbios, verbos no presente, ou com a forma nominal do verbo gerúndio,

Quadro 3: Termo(s) das SDs e a classe gramatical ou locução gramatical a que pertence(m)

Termo	Classe gramatical/locução gramatical
Estão deletando (SD1)	Locução verbal na forma nominal gerúndio.
Lenta (SD2)	Adjetivo simples.
Gradualmente (SD2)	Advérbio de modo.
Vai sendo (SD2)	Locução verbal na forma nominal gerúndio.
Vai se resumindo (SD2)	Locução verbal na forma nominal gerúndio.
Mutilam (SD2)	Verbo no tempo presente.
Timidamente (SD 4)	Advérbio de modo.
Atrevido (SD4)	Adjetivo simples.
Foi deixando (SD4)	Locução verbal na forma nominal gerúndio.

Fonte: as autoras.

como podemos ver no Quadro 3, a seguir:

Dessa forma, temos os seguintes pontos: primeiro, quatro locuções verbais na forma nominal gerúndio; segundo, dois adjetivos simples; terceiro, dois advérbios de modo; e quarto, um verbo no tempo presente. Com relação ao primeiro ponto, a utilização da forma gerúndio nas locuções verbais indica uma ação contínua, duradoura, que está em andamento. Esta ação, neste caso, se dá com relação à maneira como o inglês foi ocupando espaço no dia a dia dos falantes de português, no Brasil.

A ideia de que a ação ocorreu em um espaço longo de tempo, no caso de “foi deixando”, ou que está ocorrendo, como no caso dos demais, pode ser compreendida como uma tentativa de colocar o fato de que uma língua não pode, simplesmente, ser deixada de lado. Ou seja, na perspectiva completamente diferente do que é escrito pela autora Dad Squarisi, depreendemos, em oposição a ela, quando afirma que “o inglês foi deixando o português para trás”, a partir de nosso gesto de interpretação, que o recurso de colocar o inglês como problema se inscreve em outra problemática, em verdade, já que o inglês não deixou o português para trás, o que acontece é a incorporação de palavras de outra origem e/ou inglesas a situações comunicacionais em português. Falar em “deixar para trás” torna os dois idiomas estanques, como independentes.

Sobre o segundo ponto, o adjetivo simples “lenta” comprova dois fatos: uma língua só muda porque tem falantes e essa mudança não ocorre de uma hora para outra. Já o adjetivo atrevido reforça ainda mais a ideia de que os anglicismos afrontam a língua portuguesa, são ousados e intrometidos. O terceiro ponto, dois advérbios de modo retratam a maneira como os autores descrevem a inserção dos anglicismos: gradualmente e timidamente (antes, como menciona a SD4). E, por fim, o quarto ponto, verbo no tempo

presente, indica uma ação, sendo realizada no tempo em que foi escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Orlandi (2005, p. 27), é através das políticas linguísticas que se pode “compreender o funcionamento do discurso sobre a língua”. As políticas que marcam a história da língua do/no Brasil se relacionam na tentativa de evidenciar que o português do Brasil é diferente do português de Portugal, pois mesmo tomando o português como língua nacional, este não é o mesmo que a língua de Portugal. A respeito disso, a autora acrescenta que:

[...] o que está em questão, não é somente a predominância de uma língua sobre as outras, nem mesmo a questão da língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação. E é nesse sentido que será percebida a diferença da língua no Brasil em relação à língua em Portugal (Orlandi, 2001b, p. 24).

Podemos dizer, pensando na história da língua no/do Brasil, que ela é marcada por políticas linguísticas de imposição de uma língua aos seus habitantes. Talvez isso explique o porquê de ainda hoje termos discursos tão incisivos em defesa do “idioma nacional”.

Considerando que, desde o início da história da língua no/do Brasil, políticas linguísticas visam à homogeneização da língua usada, mas desde que essa fosse reconhecida como língua legítima, como era o caso do português capaz de caracterizar e construir um Estado sólido, unitário e centralizado. Essa escolha por uma língua é, como afirma Anderson (2002, p. 128), “acima de tudo, uma questão de conveniência ou herança inconsciente”. No caso do Brasil, ao longo de sua história, podemos dizer que a homogeneização da língua se tornou uma

questão de dominação e de poder, ou seja, uma questão de conveniência política.

Então, se antes a questão era diferenciar a língua portuguesa do Brasil da língua portuguesa de Portugal, buscando valorizar a questão da Língua Nacional do Brasil, agora a questão que se coloca é a da “proteção” desta língua, buscando criticar e desvalorizar a inserção de palavras e termos em outras línguas, principalmente a língua inglesa. Podemos observar isso nos textos apresentados nos livros didáticos por nós analisados.

Ambos os textos analisados postulam a inserção de palavras de origem inglesa na língua portuguesa como sendo algo negativo, sem considerar que “nenhuma língua escapa de sofrer influências externas” (Ilari, 2002, p. 73). Na primeira sequência discursiva as novas gerações são as “culpadas” pela inserção dos anglicismos, e na segunda SD, a língua inglesa personificada é quem tem a culpa por sua disseminação, nas instituições brasileiras.

Embora ocorra paulatinamente, uma língua se (trans)forma no emaranhado de línguas que se cruzam ao longo da história, fazendo (res)significar de novas formas. E, é nesse ponto que, para nós, entram o papel da escola e o papel do LDLP, os quais devem oportunizar ao aluno o desenvolvimento crítico e a possibilidade de ele conhecer e se colocar diante dessas temáticas de discussão. Dessa maneira se contribuirá para a formação integral do sujeito aluno que, às vezes, se insere por conta própria e, em outras vezes, é exposto a diferentes esferas sociais espontaneamente.

Pelo supracitado, dois fatores podem ser levados em conta, quando da inserção de anglicismos: 1º: não é o fato de uma minoria falar/utilizar em suas situações comunicativas uma forma linguística da língua inglesa que fará com que uma língua mude; 2º: se a língua chegar ao ponto de a maioria utilizar, é porque está se desenvolvendo o processo

natural de atualização de uma língua viva e, aí, não há texto dizendo o contrário, que fará com que determinada palavra/expressão já consolidada na língua, entre em desuso.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AUROUX, Sylvain. A filosofia da linguagem. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Tânia Maris. Argumentação, Conceito e Texto Didático: Uma relação possível. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

BOLETIM EDITORIAL. UFSM Silveira Martins. Acervo Documental de Livros Didáticos de Língua Portuguesa. n. 2, 2021. Disponível em: <https://cdmufsm.com.br/wp-content/uploads/2021/08/boletim-ufsm-silveira-martins-no-2.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CDM). UFSM Silveira Martins. Santa Maria, 08 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/silveira-martins/centro-de-documentacao-e-memoria-cdm-2>. Acesso em: 08 dez. 2023.

COSTA, Thaís de Araújo da. Evanildo Bechara e a(s) Moderna(S) Gramática(S) Portuguesa(S): Reflexões sobre a inscrição do político no imaginário de língua instituído na/pela Gramática Brasileira. Entremeios: revista de estudos do discurso. v.14, jan.- jun./2017. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 05 dez. 2023.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereça-

- do aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- GALASSO, Bruno José Betti. Perspectivas para as línguas Portuguesa e Espanhola diante da integração de anglicismos: uma análise por meio de periódicos. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP). 2009.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 13, n. 1 (21), 2002.
- ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. Editora Contexto, 2002.
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. In: *Em aberto livro didático e qualidade de ensino*. Brasília, ano 16, n. 69. 1996.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na linguística: processo de legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. A materialização dos processos de leitura e de interpretação na Internet: autoria ou reprodução do mesmo?. *Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Anais do IV SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead4_paineis.html. Acesso em: 06 mai. 2023.
- MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 33, p. 97-110, jan./abr. 2009, Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/172>. Acesso em: 06 mai. 2023.
- MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- OLIVEIRA, Marlon Cleyton Pereira de. Neologismo e Ideologia: estratégias linguísticas utilizadas na criação da Nova fala para controlar o pensamento da sociedade na obra 1984, de George Orwell. *Revista Areia*, n. 3, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2001a.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes, 2001b.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *O Discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo-1937/1945)*. In.: *Línguas e instrumentos linguísticos*. Universidade estadual de Campinas, SP: Pontes Editores / Capes-Procad, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al.] 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni P. (org.). [et al.] *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 57-67.
- PETRI, Verli. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. *Língua e instrumentos linguísticos*, n. 29, p. 23-37, jan./jun. Campinas: RG Editora, 2012.
- RODRIGUES, Sérgio. *Deletar, este verbo ninguém deleta mais*. Veja, 2020. Disponível em: [ISSN 2179-0027
DOI 10.5935/2179-0027.20230050](https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-</p></div><div data-bbox=)

-palavras/deletar-este-verbo-ninguem-deleta-mais/. Acesso em: 13 abr. 2023.

SILVA SOBRINHO, José Simão. "A língua é o que nos une": língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. Campinas, SP: [s.n.], 2011. Orientadora: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/296861185.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SURDI, Marcia Ione. A produção do saber sobre a língua nas gramáticas de Rocha Lima: o (não) lugar da significação. 2017. Tese (Doutorado), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2017, 188p.; 30cm.

Submissão: dezembro de 2023.

Aceite: dezembro de 2023.